

Espaços e Contextos da Atividade Física para a Pessoa em Condição de Deficiência

Josiane Fujisawa Filus

Doutoranda em Educação Física na UNICAMP

Marina Brasiliano Salerno

Mestre em Educação Física na UNICAMP

Paulo Ferreira de Araújo

Prof. Livre Docente em Atividade Motora Adaptada – FEF – UNICAMP

Introdução

A prática de atividade física para pessoas em condição de deficiência – PCD – foi sistematizada a partir de iniciativas esportivas, e a divulgação e a disseminação dessas manifestações propiciaram que novos meios e adaptações fossem pensados e/ou repensados para a ampliação e participação de diferentes grupos que até então estavam excluídos desse segmento.

Entendendo a atividade física como um fator de impacto frente à percepção da Qualidade de Vida, focamos neste estudo a trajetória da participação das pessoas com deficiência frente a essas práticas, apresentando a história do engajamento das PCD nas atividades físicas e discutindo as questões que a permeiam como o paradesporto e a formação profissional em Educação Física.

Isso se fez necessário uma vez que, atualmente, com as questões relacionadas à inclusão social, muito se tem discutido e refletido a respeito das oportunidades de participação

das PCD em todos os âmbitos da sociedade. No Brasil, essa discussão atinge patamares delicados uma vez que grande parcela da população, principalmente aquela menos favorecida economicamente, não tem acesso a serviços básicos como saúde, educação, lazer e trabalho. A discussão aqui pretendida abarca alguns desses elementos e propõe reflexões sobre aspectos que ainda necessitam de políticas públicas para sua concretização, tais como a formação do profissional de educação física, o acesso aos espaços que oferecem atividade física desprendida do caráter de alto rendimento, entre outros.

COMO COMEÇOU: O histórico das práticas de atividades físicas pelas PCD

A participação da PCD em atividades físicas não pode ser datada exatamente, já que historicamente são relatadas inúmeras formas de tratamento dessa população, sejam positivas, com acolhimento, cuidado e incentivo; como negativas, de repulsa, exclusão e até extermínio (SILVA, 1986).

Porém, podemos definir ações recentes que consolidam o acesso da PCD à atividade física, como, por exemplo, a atuação do Dr. Ludwig Guttmann, neurologista e neurocirurgião, que fundou o centro de reabilitação para soldados que atuaram na II Guerra Mundial, a convite do Governo Britânico, para receber seus heróis de guerra adequadamente, ou seja, sem desampará-los (ARAÚJO, 1998).

O centro de Stoke Mandeville, situado na Inglaterra, passou, então, a elaborar técnicas diferenciadas para atender principalmente soldados com traumatismos raquimedulares tentando aumentar sua expectativa de vida, já que em meados da década de 1940, sem perspectivas de recursos como os atuais, muitos soldados com tal acometimento iam rapidamente a óbito (ARAÚJO, 1998).

Inserido nesse contexto de reabilitação, o esporte apareceu como uma ferramenta importante no processo de recuperação e inserção na sociedade, ou seja, Dr. Guttmann buscou extrapolar o ideal de reabilitação física e alcançar outros elementos que abrangeram o social, a superação pessoal, a interação com

outras pessoas que tinham as mesmas dificuldades, fatores encontrados na prática esportiva (ARAÚJO, 1998).

Entendemos esse momento como um marco, já que a partir daí a competição esportiva dava a motivação aos pacientes para atingirem o status de atletas. A partir de competições locais realizadas em Stoke Mandeville e a organização de eventos com outros centros de reabilitação, a ação pontual do Dr. Guttmann alcançou a magnitude dos Jogos Olímpicos. Reunindo diferentes grupos de pessoas que transpassaram a barreira do paciente para o atleta, os IX Jogos de Stoke Mandeville foram realizados logo após o término dos Jogos Olímpicos de Roma, em 1960, e em 1964 teve seu nome alterado para Jogos Paraolímpicos (BEDBROOK, 1987).

As atividades propostas para as PCD no Brasil seguem a tendência dos demais países e chegam já contextualizadas esportivamente. Duas pessoas buscaram nos Estados Unidos a reabilitação após ficarem paraplégicos: Sérgio Serafim Del Grande, de São Paulo, e Robson Sampaio, do Rio de Janeiro. Lá, tiveram contato com o esporte adaptado e trouxeram com eles essa ideia inovadora e libertadora (ARAÚJO, 1998). A partir da organização dessas pessoas e dos clubes que eles frequentavam e que abraçaram a ideia, deflagrou-se uma série de ações que oficializaram o esporte adaptado, como o oferecimento de auxílio estatal e também de legislação para dar suporte ao desenvolvimento que estava por vir.

Com a maior divulgação do esporte sendo praticado pelas PCD, a discussão alcançou o meio acadêmico e o conhecimento em torno desse fenômeno passou a ser estudado tanto em sua trajetória histórica (ARAÚJO, 1998), como nas suas possibilidades para essa população no esporte, com possíveis adaptações de modalidades (ALMEIDA, 1995), e sua inclusão em outros contextos de práticas de atividades físicas, com sua possibilidade de participação em academias, clubes, atividades na natureza, entre outros (LARIZZATTI, 1999; CUSTÓDIO, 2009).

Alguns estudos se propuseram a ouvir os praticantes em condição de deficiência e apontam para as seguintes percepções: melhora na autoestima, pois possibilita uma conscientização no sentido de um crescimento pessoal permitindo uma transformação nas condições de sentir e interar enquanto ser;

melhora nas suas condições orgânicas gerais; melhora nas relações interpessoais; ampliação das oportunidades; melhora na qualidade de vida de seus praticantes; melhora nas condições para realizar as atividades de vida diária (ZUCHETTO, 2002; ARAÚJO, 2007; POLTRONIERI, 2009).

Atualmente, é possível perceber que as pessoas com deficiência têm possibilidade de praticar diversos tipos de atividades: caminhada, corrida, musculação, natação, escolinhas esportivas, etc. Nesse sentido, diversos também são os espaços onde verificamos a possibilidade da presença de PCD nessa prática: clubes, escolas, praças, ruas, etc. No entanto, essa realidade não é observada cotidiana e rotineiramente. Não mais pensando em reabilitação ou apenas no esporte, mas buscando aspectos relacionados à qualidade de vida, muitas dificuldades têm envolvido o engajamento de PCD na prática de atividade física, entre eles a falta de políticas públicas de lazer, assim como o despreparo profissional para atender às potencialidades do “diferente”.

O engajamento na atividade física: Os pontos a serem superados

A busca pela atividade física, como um aspecto relevante para a qualidade de vida, acontece tanto pelas pessoas com deficiência congênita como aquelas que adquiriram a deficiência em algum momento da vida. Em ambos os casos, o início do processo requer a orientação e a supervisão de um profissional de Educação Física, que deve considerar as particularidades desses dois grupos.

A prática da atividade física focada nas PCD adquirida tem sua iniciação, em sua grande maioria, dentro de um contexto de (re)construção de caminhos, ou seja, após tornar estáveis as alterações decorrentes da deficiência, sejam elas as relativas aos níveis orgânicos ou psicológicos. A estabilização dos problemas imediatos a esta condição inesperada possibilita novas tentativas. Estas, por sua vez, acontecem no campo social e no desporto, emergindo dentro de uma busca de ampliação da participação na vida como um todo. Este primeiro momento busca estabelecer o mundo da descoberta na situação nova vivenciada por aquele corpo também novo.

O momento posterior a este deve ser o da conquista, da segurança, da recuperação, da autoestima, da ampliação das oportunidades, das percepções de potenciais, seja no campo social ou dos benefícios orgânicos. Este é o momento em que a atividade física pode influenciar de forma construtiva. Dizemos que pode influenciar porque, dependendo da maneira pela qual a intervenção acontece, estes benefícios se manifestam ou não.

Assim, a questão passa a ser o objetivo proposto pelos profissionais, ou seja, se a intervenção em Educação Física estiver pautada no ideal de corpo e performance, o que poderá acontecer de imediato é um reforçar de aspectos negativos, pois a busca do ideal pode “desconectar” o ser do que na verdade é, ou seja, de seu corpo real. Esta é uma realidade não apenas com relação a PCD, mas a toda pessoa que se depara com profissionais que desenvolvam intervenções desligadas dos valores, das sensações e dos desejos daqueles que estão sobre a sua responsabilidade em trabalhos na área da Educação Física.

A postura e a prática pedagógica desse profissional também são importantes para envolver e engajar os alunos com deficiência nas atividades físicas. Porém, o que temos observado são muitos profissionais inseguros e amedrontados com a presença destes alunos em suas aulas, sejam elas na escola, em clubes, academias, etc.

Para Amaral (1994), as atitudes e os pensamentos vinculados a preconceito e discriminação com o “diferente” são reações compreensíveis por se tratar de uma população historicamente invisível à sociedade e, portanto, desconhecida da maioria das pessoas. Do ponto de vista psicológico, tudo que não nos é conhecido gera uma atitude de defesa que se manifesta enquanto discriminação por meio da negação, abandono ou superproteção. Mesmo com a Resolução 03/87, que incluiu uma disciplina relativa às pessoas com deficiência nos currículos dos cursos de licenciatura, pesquisas como as de Cruz (2001) e Lima (2005) revelaram que muitos graduandos dos cursos de formação em Educação Física não se sentem preparados para esse trabalho.

Segundo Silva, Seabra Jr e Araújo (2008), essa disciplina tem como principal objetivo **auxiliar a formar** um profissio-

nal competente, capaz, comprometido com a Educação Física e o respeito à diversidade. Os autores grifam **o auxiliar a formar**, pois, não depende apenas de uma disciplina, mas esse objetivo deve permear todo o cenário da formação universitária. Ou seja, que todas as disciplinas do curso utilizem seus conteúdos em favor da diversidade humana. Como bem explica Cruz (2001), que nas aulas de basquete seja tratado sobre o basquete sobre rodas, que o judô também relacione sua prática com os praticantes cegos e assim por diante. Porém, compreendemos que a questão não é tão simples e que a falta de preparo enfatizada por muitos profissionais, na realidade, perpassa pela quebra de paradigmas e barreiras impostas socialmente e que nos afetam intrinsecamente.

Esse quadro tem esboçado algumas mudanças, principalmente pelas discussões suscitadas em torno da inclusão educacional e a emergência de mudanças no contexto escolar para que todas as crianças tenham acesso a uma escola de qualidade. Neste ano de 2011, muitas crianças com deficiência estão incluídas na escola regular e as tentativas permeadas de equívocos e acertos certamente têm proporcionado o repensar da prática pedagógica em todas as áreas do conhecimento que compõem a Educação.

Visto que a Inclusão Educacional faz parte de um movimento maior, o da Inclusão Social, acreditamos que as iniciativas da Educação Física Escolar com as crianças com deficiência venham auxiliar na abertura de possibilidades de prática de atividades físicas dessas crianças também fora da escola.

Outro ponto a ser superado diz respeito às leis do nosso país. Segundo Silva, Seabra Junior e Araújo (2008), a legislação brasileira seguiu as orientações internacionais que apontavam para a democratização do esporte em suas diferentes dimensões (do lazer à competição) englobando espaços, formação profissional e buscando a efetivação da participação de todos sem distinção.

Analisando o impacto da legislação na prática de atividade física para pessoas com deficiência, muito do que foi feito esteve relacionado ao esporte de alto rendimento, deixando lacunas referentes a atividades não esportivizadas como: dança, ginástica geral, ginástica de academia, etc.

Atualmente, percebemos alguns espaços de prática para PCD envolvendo esportes como futebol de cegos, natação, handebol em cadeiras de rodas. No entanto, observamos estes espaços em universidades, pois fazem parte de projetos universitários, em algumas prefeituras e ainda em instituições focadas em determinadas condições de deficiências que, além do trabalho de reabilitação e atendimento à família, oferecem espaços para atividade física.

Considerações

Ao analisar a prática de atividade física pela PCD, percebemos que seus espaços e contextos ainda estão distantes de proporcionar uma melhor na qualidade de vida dessas pessoas.

A trajetória esportiva dessas práticas exclui aqueles que vêm nela apenas um momento de lazer e um modo de conviver e ser parte da sociedade. Além disso, a formação profissional rondada pelos estereótipos e preconceitos dificulta iniciativas inovadoras por parte dos professores de Educação Física, muitos dos quais muitas vezes se negam a receber PCD em suas academias e clubes, alegando falta de preparo.

Araújo (2011) reitera esses apontamentos destacando que essa escassez de espaços e oportunidades para PCD se devem principalmente aos seguintes pontos:

- Falta de uma política que possibilite de fato o desenvolvimento desta prática;
- Falta de apoio pelos diferentes segmentos de governo e sociedade no sentido de tornar esta prática uma realidade na vida dos que a buscam mesmo com diferentes propósitos;
- Segregação e Preconceito (em decorrência do desconhecimento dos fatos);
- Falta de profissionais qualificados para o desenvolvimento deste trabalho.

A existência de algumas leis poderiam vir de encontro a sanar alguns desses problemas como a obrigatoriedade dos prédios públicos de terem acessibilidade ao deficiente físico, atendentes conhecedores da LIBRAS para atendimento ao surdo, a inserção

em Faculdades de Educação Física de disciplinas que discutam as possibilidades da PCD. No entanto, muito do que se vê escrito não é efetivamente contemplado na prática.

Compreendemos que a superação de costumes e valores comumente rotulados de preconceitos e a reestruturação de valores humanos exigem tempo. Porém, o “passar do tempo” deve ser permeado de ações imediatas e bem refletidas, principalmente na Educação Física quando pretende-se atender a todos, inclusive as PCD, uma vez que quando pensamos em atividades físicas para essa população percebemos ainda uma conexão com o esporte de alto rendimento. Este, por trazer status e visibilidade ao Governo, recebe incentivo por verbas, patrocínio de empresas, porém, ele possui um caráter excludente, já que apenas os melhores alcançam patamares competitivos. Esse fato gera uma contrapartida com alguns princípios da inclusão social, deixando de lado a prática da atividade física por aqueles que não se enquadram na competição ou preferem escolher atividades físicas não competitivas como a dança, a ginástica de academia. Além disso, nesses espaços encontramos profissionais despreparados para a recepção da PCD, independente de serem públicos ou privados.

Assim, alertamos para a necessidade de uma política pública permanente voltada aos direitos de acesso à prática de atividade física das PCD, programas e espaços facilitadores do engajamento dessa população, buscando sempre a ampliação da participação de todos na direção da inclusão social, sua participação enquanto cidadão pleno de direitos e, portanto, autônomo para buscar sua qualidade de vida. Apon-tamos ainda para a viabilidade de novos e recentes estudos que investiguem os locais e tipos de atividades desenvolvidas ou pretendidas pelas PCD, analisando as dificuldades para o acesso a essas práticas assim como a motivação para participar delas.

Referências bibliográficas

ALMEIDA, J. J. G. de. Estratégias para a aprendizagem esportiva: uma abordagem pedagógica da atividade motora

- para cegos e deficientes visuais.1995. 176 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 1995. Disponível em: <http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000101183>. Acesso em: 16 mar. 2011.
- AMARAL, L. A. Pensar a diferença/deficiência. Brasília: Corde, 1994. 91 p.
- ARAÚJO, P. F. de. Desporto adaptado no Brasil: origem, institucionalização e atualidade. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto, Indesp, 1998. 191 p.
- _____. Ações e reações na construção do desporto adaptado brasileiro: desporto adaptado no Brasil, origem, institucionalização e atualidades. São Paulo: Phorte, 2011. No prelo.
- BEDBROOK, G. M. The development and care of spinal Cord Paralysis: 1918 to 1986. *Paraplegia*, v. 25, n. 3, p.172-184, 1987.
- CUSTÓDIO, V. S. Caminhada de pessoas com deficiência visual em áreas naturais: um estudo com auxílio de GPS (Sistema de posicionamento local). 2009. 135 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2009. Disponível em: <http://cutter.unicamp.br/document/?code=000470845>. Acesso em: 13 mar. 2011.
- CRUZ, Gilmar de Carvalho. Formação profissional em Educação Física à luz da inclusão. Anais do IV Congresso Brasileiro de Atividade Motora Adaptada, Sobama, Curitiba, p.108-110, 2001.
- FLORENCE, R. B. P. Medalhistas de ouro nas Paraolimpíadas de Atenas 2004: reflexões de suas trajetórias no desporto adaptado. 2009. 415 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2009.
- LARIZZATTI, M. F. Academia de ginástica: uma opção aos portadores de deficiência física. 1999. 90 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Educação Física, Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 1999.

- LIMA, S. M. T. Educação Física Adaptada: proposta de ação metodológica para formação universitária. 2005. 187 f. Tese (Doutorado) – Curso de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2005.
- SILVA, O. M. da. A Epopéia ignorada. São Paulo: Cedas, 1987. 470 p.
- SILVA, R. de F. da; SEABRA JÚNIOR, L.; ARAÚJO, P. F. de. Educação física adaptada no Brasil: da história a inclusão educacional. São Paulo: Phorte, 2008. 192 p.
- ZUCHETTO, A. T.; CASTRO, R. L. V. G. de. As contribuições das atividades físicas para a qualidade de vida dos deficientes físicos. Revista Kinesis, Santa Maria, n. 26, p.52-69, maio 2002. Disponível em: <http://boletimef.org/biblioteca/2321/Atividades-fisicas-para-a-qualidade-de-vida-dos-deficientes-fisicos>. Acesso em: 13 mar. 2011.

ZAMAI, C.A. Impacto das atividades físicas nos indicadores de saúde de sujeitos adultos: Programa Mexa-se. Tese de doutorado. Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas, 2009.

ZAMAI, C.A.; BANKOFF, A.D.P. Nível de atividade física e indicadores de qualidade de vida de colaboradores da Unicamp: Análise através do Programa Mexa-se Unicamp XI Simpósio Nordestino de Atividade Física & Saúde, 2010, Aracaju - Sergipe. XI Simpósio Nordestino de Atividade Física & Saúde: da evidência à intervenção. Aracaju - Sergipe: UFS, 2010.